



DOSSIÊ TEMÁTICO:
QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Artigo



**“CRIMIGRAÇÃO”: DA VIOLÊNCIA RETICULAR NA ÁFRICA
SAHELO-MAGREBINA**

“CRIMIGATION” : RETICULAR VIOLENCE IN SAHELO-MAGHREBINE AFRICA

**“CRIMIGRATION” : DE LA VIOLENCE RETICULAIRE EN AFRIQUE SAHELO-
MAGHREBINE**

Por Ludovic Boris Pountounigni Njuh

Ludovic Boris Pountounigni Nu
Université Assane Seck (UAS);
Ziguinchor, Senegal
ludovic.njuh@univ-zg.sn

Como citar
POUNTOUGNIGNI NJUH, L.B.
“Crimigração”: da violência reticular na África
sahelo-magrebina. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1,
n. 2, p. 6-29, abr.- jun. 2022

Submetido: 14/03/2022
Aceite: 03/05/2022

Artigo traduzido do francês por Frédéric Monié. Título original: “Crimigration”: de la violence reticulaire en
Afrique sahel-magrebine



RESUMO. O crime transfronteiriço é uma preocupação política maior no início do século XXI. O conceito de “crimigração” designa a ligação existente entre criminalidade e migração. O objetivo deste artigo consiste em analisar a dinâmica migratória subjacente ao terrorismo na África do Norte e na região do Sahel. Ao contrário de abordagens que ocultam a gênese de tal situação, dificultando o entendimento de suas raízes, acreditamos que o terrorismo na África do Sahel-Magreb é o resultado e a causa de uma circulação de ideologias, de uma mobilidade violenta e de mutações (geo)política e securitárias. Essas dinâmicas operam na interface das interações entre as orientações políticas dos governos e as aspirações dos governados. Assim, não são apenas os seres humanos que se movem; eles são estimulados a mobilidade pelas ideias que os animam dentro de contextos socioeconômicos e políticos em geral instáveis. Este conjunto é o produto de mecanismos cujas raízes se encontram nas mutações geopolíticas recentes do Oriente Médio, justificando abordagens que privilegiam respostas transnacionais nos campos da segurança e das migrações.

Palavras-chave: Terrorismo, África, Sahel, Magrebe, migrações, cooperações securitárias

ABSTRACT. Cross-border crime is a major political concern at the beginning of the 21st century. The concept of “crimigration” refers to the link between crime and migration. The purpose of this article is to analyze the migratory dynamics underlying terrorism in North Africa and the Sahel region. Contrary to approaches that hide the genesis of this situation, making it difficult to understand its roots, we believe that terrorism in Sahelo-Maghreb Africa is the result and cause of a circulation of ideologies, violent mobilities and mutations (geo) politics and security. These dynamics operate at the interface of interactions between the political orientations of governments and the aspirations of the governed. So, it's not just human beings who move; they are encouraged to mobility by the ideas that animate them within generally unstable socio-economic and political contexts. This set is the product of mechanisms whose roots lie in recent geopolitical changes in the Middle East, justifying approaches that privilege transnational responses in the fields of security and migration.

Keywords: Terrorism, Africa, Sahel, Maghreb, migrations, security cooperation

RÉSUMÉ. La criminalité transfrontalière est une préoccupation politique majeure en ce début du 21^{ème} siècle. La « crimigration » est ainsi envisagée comme concept désignant le lien entre criminalité et migration. L'objectif de ce travail est de mettre en évidence les dynamiques migratoires que sous-tend le terrorisme en Afrique septentrionale et sahélienne. À la différence des approches qui occultent la genèse d'une telle situation, empêchant par la même la possibilité d'attaquer ses racines, nous pensons pour ce faire que le terrorisme dans l'Afrique sahélo-maghrébine est la résultante et la cause d'une circulation d'idéologies, d'une mobilisation violente et des mutations (géo)politiques et sécuritaires. Ces dynamiques s'opèrent à l'interface des interactions entre les orientations politiques des gouvernants et les aspirations des gouvernés. Ainsi, ce ne sont pas seulement des hommes qui bougent ; ils sont entraînés par les idées qui les animent, à l'instar des contextes socio-économiques et politiques, le plus souvent instables. Cet ensemble est l'avatar d'un mécanisme tirant ses origines récentes des mutations géopolitiques qui traversent récente du Proche et du Moyen Orient, et justifie l'inclination grandissante pour des réponses transnationales relatives à la sécurité et aux migrations.

Mots-clés : Terrorisme, Afrique, Sahel, Maghreb, migrations, coopération sécuritaire.



INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo experimenta convulsões de diversas ordens. A questão da alteridade adquiriu recentemente um peso considerável (BONIFACE, 2017; BATISTELLA, 2011; NINOU, 2009; HALPERN, RUANO-BORBALAN, 2004). Buscando pôr fim a séculos de violência, o progresso da ciência e a democratização da tecnologia mantiveram, de certa forma, a esperança de poder governar sem princípios religiosos (LAGRANGE, 2011, p. 88). Em razão das transformações intelectuais, culturais e artísticas dos Tempos Modernos, a laicização enfraqueceu progressivamente a importância da religião na vida política. Pensava-se que a separação entre o Estado e a religião e a predileção assintomática para a laicidade como parte integrante da bússola política, garantiriam a governança da *polis* em bases mais estáveis. A *posteriori*, isso não se revelou suficiente pois a humanidade se deu conta, com surpresa e pânico, que a religião, que parecia eclipsada, operava sua volta no domínio político com os atentados do 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos da América. Desde então, o fundamentalismo religioso se tornou a fonte de inúmeras calamidades. Sua natureza tentacular aniquila os esforços de securização enquanto a violência confessional molda os debates cotidianos (HARTMANN, 2017, p. 1). Essas observações situam a análise política em primeira linha, no intuito de apreender o porquê e o como dos fenômenos e explicar o que está acontecendo através da radioscopia das referências anteriores. Permitem, também, a atualização dos conhecimentos sobre a interação entre os seres humanos e seu ambiente contemporâneo (HUNT, 2018) além de ajudar a se lembrar do passado para melhor pensar o futuro (BICKFORD, SODARO, 2010, p. 66).

No início do século XXI, a criminalidade transfronteiriça foi transformada concomitantemente em problema de civilização e preocupação política. O objetivo deste trabalho consiste em evidenciar as dinâmicas migratórias subjacentes ao terrorismo na África setentrional e saheliana. Como o terrorismo, islâmico no caso, virou uma preocupação central nesta região e quais as dinâmicas migratórias e transnacionais relacionadas ao fenômeno? A relevância desta questão reside no caráter sistêmico da violência atual através de sua sedimentação inscrita na duração e sua fenomenologia geograficamente aparentemente disparata, mas profundamente reticular. Apesar disso, prevalecem estudos de casos que buscam apreender as etiologias,



fenomenologias e estratégias de luta contra o terrorismo essencialmente na escala dos países ou das sub-regiões. As pesquisas de Ould Hamed (2006); Véron (2009); Cilliers (2004); Seignobos (2014); Smith (2015); Kougnou (2016); Rasaq (2016); Thurston (2017); Owono (2017), entre outros, ilustram a tendência a privilegiar estudos de casos nacionais. A abordagem do terrorismo a partir de perspectivas sub-regionais emergiu, por seu lado, com Daniel (2012); Gibbaud (2014) para o Magrebe; Ntuda Ébodé (2010) e sua equipe para a zona saaro-saheliana, ou, ainda, Zenn (2014) e Sambo (2017) para a África central e a região peri-chadiana, entre outros autores.

Mesmo se não pretendemos descartar esses estudos, consideramos oportuno estudar as matrizes profundas e comunas de um fenômeno que não constitui um mosaico de fragmentos desconexos na escala do continente. O terrorismo deve ser apreendido como um conjunto casuisticamente e fenomenologicamente coerente para poder formular respostas securitárias mais eficientes. A despeito de suas contribuições relevantes, a abordagem ancorada na escala regional deixa transparecer que as manifestações do terrorismo nos países africanos têm origens distintas e podem ser neutralizadas mediante estratégias parcelarias. Mas, ocorre que terrorismo e migrações são ligados pois os grupos terroristas criam redes transnacionais sem preocupar-se com as fronteiras (KAYA, 2009; BECK, 2008, p. 1571; LILIAN, 2004, p. 155-158).

A luz da investigação documental, mas, também, da observação e da análise crítica do contexto e da atualidade, nossa análise parte da hipótese postulando que o terrorismo na África sahelomagrebina é a resultante e a causa de uma circulação de ideologias, de uma mobilização violenta e de mutações (geo)políticas e securitárias. Essas dinâmicas de mobilidade operam na interface das orientações políticas dos governantes e as aspirações dos governados.

Neste trabalho, pretendemos mobilizar ferramentas analíticas da Ciência política e da Sociologia das relações internacionais. A análise transnacional é privilegiada a fim de propor uma reflexão diagonal a partir de dados existentes e incluindo o terrorismo na categoria das “mobilizações violentas” (BAZINGUISSA-GANGA, MAKKI, 2012). O artigo baseia-se no conceito de “crimigação” para designar a relação entre criminalidade e migração. Estamos diante de um tipo de migração que se acomoda da violência e de uma criminalidade que se acomoda da violência. De qualquer maneira, as duas dimensões do mesmo problema são faces de uma mesma moeda. O transnacionalismo esclarece, com efeito, os fluxos e as relações culturais, os mecanismos políticos e econômicos e as conexões interpessoais ou privadas que se desenvolvem



para além das fronteiras dos Estados (VERTOVEC, 2009; DINGWERTH, 2007; SMOUTS *et al.*, 2006, p. 529-531). A análise permite evidenciar e apreciar nas suas dimensões transnacionais os processos de maturação, transmutação, transplantação e as repercussões internacionais do terrorismo na África contemporânea. Ela requer uma reflexão previa acerca dos termos chaves de terrorismo e migração.

Definir o terrorismo é dificultado pelo fato que atores e circunstâncias lhe-conferem sentidos variados. “Não existe definição única do terrorismo. Ninguém aceita esse qualificativo” afirma Boniface (2017, p.43). Assim, o “terrorista” de uns pode ser um “combatente da liberdade” para outros (HENNEBEL, VANDERMEERSCH, 2009, p. 53). Com base nas abordagens propostas por Walter Laqueur, Gérard Chaliand e Bruce Hoffman, M. V. Nyirurugo (2007) estima que

o terrorismo é o ato de ameaça ou de violência cometido por um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, [...] no intuito de perturbar gravemente a ordem pública através da intimidação ou do terror afim de constranger um governo ou uma organização internacional a cumprir um ato ou se abster de fazê-lo.

A partir de suas manifestações contemporâneas, Boniface (2017, p. 43) define o terrorismo como “uma das formas da guerra assimétrica a qual recorrem grupos que buscam contornar a potência militar de seus adversários”.

Os terroristas se beneficiam das mobilidades e das novas formas de migrações internacionais para elaborar estratégias de *contornos*. As migrações remetem a deslocamentos voluntários ou forçados de pessoas além das fronteiras nacionais (SMOUTS *et al.*, 2006, pp. 342-345). Mesmo se convém ressaltar que as migrações não ocorrem no intuito de perpetrar atos terroristas, o terrorismo pode tirar proveito o fenômeno migratório e/ou intensificar o mesmo.

Essa proposta metodológica permite evidenciar que não estamos diante de simples movimentos de seres humanos. No panorama crono-espacial do terrorismo na África sahelomagrebina eles podem ser movidos por ideias ou por contextos socioeconômicos e políticos na maioria das vezes instáveis. É o produto de uma dinâmica cuja origem geográfica pode ser localizada na Península Arábica, o que justifica a formulação de políticas de segurança e migração respostas transnacionais.



O FUNDAMENTALISMO PÓS-REVOLUÇÃO IRANIANA E SUAS IMPLICAÇÕES TRANSNACIONAIS NA ÁFRICA

Devemos lembrar que o terrorismo é uma forma antiga de violência. Suas origens podem ser encontradas nas revoltas dos zelotas e nas exações praticadas pela seita dos Assassinos na Antiguidade (CHALIAND, BLIN, 2007). Na África, o *jihad* (guerra “santa”) começou com a expansão do islã (KI-ZERBO, 1978, pp. 103-118, 360-378 e 393-400). Hoje em dia, o terrorismo islâmico no Magrebe e no Sahel africano é consequência de muitos fatores que, do ponto de vista transnacional, podem ser agrupados em dois conjuntos. Ele é, em primeiro lugar, o resultado da revolução islâmica que começou durante a era colonial e trouxe mudanças ideológicas e políticas no Oriente Médio durante os anos 1970-1980 e que, a partir da península arábica, se estenderam na África, onde crises políticas e socioeconômicas favoreceram sua expansão.

a) Revolução islâmica e mudanças político-ideológicas no Oriente Médio: do nacionalismo à *fatwa*

Em suas manifestações ou particularidades contemporâneas, o islamismo decorre do fundamentalismo e do reformismo muçulmano do século XIX. A princípio, essas reformas visavam opor o ideal muçulmano às adversidades impostas pelo colonialismo. De fato, após séculos sob o jugo de califados e impérios (mongóis, otomanos etc.), o Oriente Médio era dividido e dominado pelas potências coloniais europeias. No entanto, essa resistência cultural, não impediu o processo de colonização. Posteriormente, a criação, no Egito, do movimento chamado Irmandade Muçulmana por Hassan El Banna em 1928 se inscreveu na dinâmica da libertação nacional e no processo de renascimento cultural destinado a construir uma sociedade baseada nos valores do Islã. De fato, a Irmandade Muçulmana defendia tanto a independência política quanto a aplicação da lei corânica (*sharia*) para o Egito. Para isso, foram criados núcleos constituindo a base de uma rede transnacional de luta pela independência em todo o Oriente Médio, no Magrebe e até no Sudão (LAMCHICHI, 1997, p. 14-18). Emergiu e se consolidou então uma relação bastante íntima entre nacionalismo e fundamentalismo islâmico.



Entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as décadas de 1950-1960, a luta pelo renascimento cultural se intensificou sob a liderança de intelectuais como Sayed Qutb e Ayman al-Zhawahiri (BURGAT, 2007, pp. 31- 32). Segundo o Egípcio Qutb, os valores políticos dos países muçulmanos se deterioraram quando conquistaram sua independência. Apesar das expectativas geradas pelo processo de descolonização, os governos destes países permaneceram em um “estado pré-islâmico de ignorância” (*jahiliyya*). É, portanto, necessário reverter essa situação. Por isso, considera imperativo superar o conceito de renascimento (*nadha*), formulado por Mehmet Ali e reiterado pelos nacionalistas, e adotar uma verdadeira cultura da revolução (*shawra*), além de uma filosofia política favorável ao panarabismo (*thawra*) (ARKOUN, 1996 pp. 7 e 98-111; BERGEN, 2006, pp. 50; MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, pp. 99; LAMCHICHI, 1997, pp. 10-11; LEGRAIN, 1990, pp. 135-139). Com efeito, Qutb está particularmente convencido de que o Islã, por se tratar de um modo de vida, não consiste apenas na observância dos cinco pilares tradicionais. Por essa razão, limitar o *jihad* a uma atitude defensiva representa, segundo Qutb, uma forma de ignorância do Islã e de seu objetivo primordial. O pensador valoriza, em consequência, uma dimensão mais ofensiva do *jihad* (BERGEN, 2006, p. 51).

Durante as décadas de 1960 e 1970, essas ideias ressoaram muito na esfera política, contando com o apoio de um presidente como Gamal Abdel Nasser. Elas se espalham no Magrebe e, ainda mais, no Oriente Médio, onde o neocolonialismo substituiu a colonização. Nesta região, os *xás* (reis) do Irã mantinham laços particularmente estreitos com os Estados Unidos desde meados da década de 1950. No contexto da Guerra Fria e motivados pela corrupção, eles seguiam orientações políticas impostas do exterior, desempenhando um papel estratégico na política de contenção da influência da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS) na região. Em contrapartida, as elites e a família podiam usufruir de privilégios garantindo um estilo de vida contrastando com as condições de vida das populações (HAGHIGHAT, 1985). Na mesma época, Egito, Síria e Jordânia têm seu prestígio abalado pelo elevado nível de corrupção dos regimes e pela nova derrota contra Israel na ocasião da Guerra dos Seis Dias em junho de 1967 (ARKOUN, 1996, p. 93; RONDOT, 1980, p. 3 et 42-45). Em seguida, a liberalização econômica e a queda dos preços do petróleo em 1973 deterioraram ainda mais as condições de vida da população. Por fim, a invasão do Afeganistão pela URSS em 1979



revelou aos países árabes o quanto a representação do Oriente Médio aos olhos do mundo era associada a um território de aventura pelas grandes potências.

Nesse contexto crítico, em Fez, Tlemcen, Constantina, Cairo ou Damasco, os ideais do renascimento redirecionam as sociedades para a "ideologia da luta" (ARKOUN, 1996, p. 109; LAMCHICHI, 1997, p. 14-18; BURGAT, 1988). Essa sensibilidade alcance seu paroxismo no Irã onde a Revolução de 1979 põe fim ao regime do *shah* Pahlavi (11 de fevereiro de 1979). A Revolução é conduzida pelo *ayatollah* Ruhollah Khomeiny que se autointitula imediatamente líder do anti ocidentalismo. Segundo ele, os Estados Unidos são responsáveis pelas calamidades que afetam os países muçulmanos. Por isso, a Nova Constituição estipula que o Irã deve difundir sua Revolução islâmica mundo afora. O Islã sendo a pedra angular do regime e a bússola da política externa, o *ayatollah* publica uma declaração de guerra (*fatwa*) contra os Estados Unidos e seus aliados ocidentais em 1989 (HAGHIGHAT, 1985, p. 81-33 e 210; ARKOUN, 1996, p. 3). Khomeiny concretiza a ideia segunda a qual o Estado não é feito para a religião, mas a religião para o Estado (GAUCHET, 1998, p. 46). O sucesso da revolução iraniana obtém um eco imediato em todo o Oriente Médio

Em meio ao processo revolucionário iraniano surge Abdullah Hazzam, líder religioso e político que acredita que os muçulmanos têm por "dever religioso" de "libertar as pessoas", "oferecer-lhes justiça islâmica e proteção religiosa" e combater os "infiéis" com a espada em nome de Alá. Hazzam fundou Al-Qaeda ("A base") no Paquistão e lançou uma jihad em escala mundial em 1987. Ele foi o mentor de Osama Bin Laden, que levou finalmente o terrorismo islâmico ao seu estágio atual sob a bandeira da Al-Qaeda. Como seu mentor, Bin Laden considera que se deve criar um Estado teocrático que se estenda da Indonésia até Marrocos, a partir do modelo talibã. Para alcançar esse objetivo, deve-se atacar em prioridade o chamado inimigo distante, os Estados Unidos, para, em seguida, enfraquecer seus aliados sub-regionais no Oriente Médio (BERGEN, 2006, p. 23-26 e 69-70).

As mudanças políticas das décadas de 1970 e 1980 no Oriente Médio aparecem, assim, como uma nova expressão do nacionalismo em prol da reafirmação dos países árabes nos assuntos internacionais e da crescente rejeição da cultura ocidental. Essa situação de antinomia cultural seria a base de uma rivalidade entre a cultura ocidental e a cultura islâmica. Samuel Huntington (2000), defensor dessa ideia, afirma que os conflitos entre Ocidente e Islã estão



menos centrados em questões territoriais do que em questões inter-civilizacionais. Num contexto em que o Ocidente reivindicou a universalidade dos seus valores durante séculos, os conflitos culturais tornaram-se assim inevitáveis. Com efeito, conforme assevera Nemo (2004, p. 123), retomando Claude Lévi-Strauss, “cada cultura apreende a realidade segundo seus próprios esquemas intelectuais”. É a partir dessas considerações que os ataques de 11 de setembro de 2001 apareceram, aos olhos dos fundamentalistas, como um ataque ao capitalismo e à ocidentalização do mundo. Para eles, os atentados simbolizam uma vitória dos muçulmanos contra a injustiça que deve inspirar revoluções em regiões do globo onde as pessoas se sentem vitimadas por crises socioeconômicas, políticas e pela dominação estrangeira. Foi assim que o terrorismo islâmico surgiu no Norte e na África Saara-Saheliana.

b) Deliquescência da esfera política, da vida socioeconômica e enraizamento do fundamentalismo islamista na África

14

Na década de 1980, o vento da revolução que soprava sobre o Oriente Médio ganhou o continente africano onde, 40 a 50 anos após as Independências, os Estados ainda não conseguiram estabelecer sistemas políticos democráticos e economias prósperas. A questão da justiça socioeconômica por meio da redistribuição equitativa da riqueza permanece, por exemplo, um problema não resolvido. Em vez da democracia multipartidária, os líderes políticos optam para partidos únicos que mergulharam, em sua maioria, os diferentes países em ditaduras (HOUNGNIKPO, 2004, p. 100-101; MBEMBE, 2001; ELLIS, 1995). A política nacional era sustentada por redes étnicas, clientelistas e de corrupção. Além disso, as relações de dependência econômica com as antigas potências coloniais não foram rompidas.

No cenário da depressão econômica da década de 1980, as condições de vida das populações africanas se deterioraram (MOYO, 2009; LATOUCHE 2007; HUGON, 2003; ELA, 1990; GIRI, 1986). Notamos, assim, contextos sociais e sociopolíticos semelhantes aos observados no Oriente Médio: neocolonialismo, impopularidade de regimes, precariedade das condições de vida. Na África, a soma desses fatores suscita descontentamentos e uma onda populista reivindicando uma mudança drástica e imediata.

No Norte da Nigéria, por exemplo, uma seita baseada em Maiduguri, Kano e Kaduna pregando um fundamentalismo islâmico criou o movimento Maitstsin que esteve ativo entre



1980 e 1984. Em abril de 1984, o Estado nigeriano começou a reprimir o movimento, causando cerca de 3.000 mortes (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE LIGAS DE DIREITOS HUMANOS – FIDH, 2015, p. 4; SMITH, 2015, p. XIV). No entanto, como veremos mais adiante, a tentativa de impedir o fundamentalismo mediante a repressão armada fracassou. O fundamentalismo inspirado do modelo talibã se desenvolveu posteriormente na África sob a liderança de Bin Laden durante sua estadia no Sudão entre 1992 e 1995 (BERGEN, 2006, p. 20).

A luta contra as calamidades socioeconômicas e políticas que afetam as populações há décadas e contra as desigualdades além de políticas em prol da justiça social constituiriam soluções possíveis enquanto pobreza e discriminação política preparam um terreno fértil para a revolta. Na África, os fundamentalistas pretendem defender esses objetivos em nível nacional, mas, também, em outras escalas na medida em que têm queixas contra a ocidentalização do Mundo. De fato, se aos olhos deles a globalização poderia representar um meio para alcançar prosperidade e paz, os princípios capitalistas em que ela se baseia agravam as desigualdades econômicas e sociais entre as grandes potências e os países “em desenvolvimento”. Essa situação constitui um pretexto para a violação da soberania dos Estados fracos (GALTUNG, 2005, p. 53; WALLERSTEIN, 2004; IGNACIO, 2002, p. 11-12; AMIN, 1970 e 1991). Na África, o *jihad* é cada vez mais associado ao desejo de lutar contra o “sistema”, ou seja, contra a exploração, a dominação e a alienação capitalistas (BIHR, 2010, p. 121). O desejo de mudança atrai multidões. De fato, muitos grupos fundamentalistas, geralmente inspirados por Al-Qaeda, estão surgindo. Cronologicamente, temos: o Grupo Salafista de Pregação e Combate (GSPC) criado em 1998 na Argélia; Ansar al-Sharia, criado em 2001 e sediado na Tunísia e na Líbia; Boko Haram criado em 2002 no nordeste da Nigéria; Al Shabab criado em 2006 na Somália; Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) ativado em 2007 – Marrocos, Argélia, Tunísia, Argélia, Mali, Mauritânia –; Ansar Dine criado em 2011 no norte do Mali; Ansar Beit al-Maqdess estabelecido no Egito em 2011; e o Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO-Al Mourabitoune) criado em 2013 (DUPUIS, 2014; DANIEL, 2012).

Inicialmente e, pelos menos oficialmente, os fundamentalistas africanos, assim como os revolucionários do Oriente Médio, almejavam remediar aos problemas políticos e socioeconômicas afligindo os Estados pós-coloniais. Eles também estão dispostos a lutar contra a cultura ocidental. O nome “Boko Haram” é, por exemplo, é uma combinação do termo fulani



boko (referindo-se a “livro” em inglês) e a palavra árabe *haram* que significa “proibido”. A redação objetiva do “Boko Haram” é, portanto, “a escolarização ocidental é proibida ou é um pecado” (THURSTON, 2017; BONIFACE, 2017). Além da tentativa de solucionar os problemas socioeconômicos da Nigéria, esse grupo, hostil à cultura ocidental, segue, assim, os passos do movimento Maitstsin (OJOCHENEMI *et al.*, 2015).

Com a aceleração do processo de globalização, a religião tornou-se, portanto, um meio para se proteger dos excessos da modernidade e preservar a dignidade humana (PARENTEAU e PARENTEAU, 2008, p. 74). Os fundamentalistas pretendem, assim, criar “santuários”, ou califados, onde as normas religiosas devem ser aplicadas e transmitidas às gerações subsequentes. Desejando reafirmar a centralidade da identidade religiosa, eles têm teoricamente a ambição de reconstruir a sociedade com base no Alcorão. No entanto, em vez de reconstruir a sociedade, o fundamentalismo gerou ainda mais calamidades como massacres, destruições, bombardeios, sequestros, assassinatos. As mudanças significativas na ecologia das migrações e políticas de segurança na África do Saara-Sahel e do Magrebe são um produto deste fenômeno.

MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS E DINÂMICAS DE SEGURANÇA INDUZIDAS PELO TERRORISMO NA ÁFRICA SAARA-SAHELIANA E NO MAGREBE

As repercussões do fundamentalismo em África se inscrevem num amplo espectro. Prestamos aqui especial atenção à consolidação das redes migratórias transnacionais de terrorismo e à dinâmica transnacional da cooperação militar e de segurança.

a) Consolidação das redes transnacionais da mobilidade violenta

Na África do Norte e Saharo-Saheliana, o fundamentalismo tem favorecido a constituição e a consolidação de redes transnacionais de “mobilidade violenta”. A ideia da rede está subordinada ao fato de que, entre os grupos fundamentalistas, a religião representa um fator de aproximação tanto nacional quanto internacionalmente. É um marcador de identidade que os “confrades” colocam acima das identidades nacionais ou regionais, porque a identidade do muçulmano é considerada celestial (AOUN, 2009, p. 97-98). Por isso, cidadãos de outros países,



que compartilham as mesmas convicções, compreendem a gramática do *jihād* e aderem aos objetivos da luta (LAMCHICHI, 1997, p. 18-20). A noção de fidelidade está, assim, ligada à hierarquia da fé. O prosélito jura fidelidade a grupos de solidariedade (*açabiyya*). Os *açabiyyas* são de fato redes baseadas em relações familiares e pessoais que, muitas vezes, têm ligações transnacionais (ROY, 1996).

A consequência dessa fidelidade às vezes muito intensa é que o prosélito acaba se afastando de seus princípios iniciais. Pode, por exemplo, sacrificar os interesses do seu lugar e privilegiar a guerra, quando, em teoria, deveria lutar localmente pela justiça e pela paz. Recorrendo à diferentes meios de transporte (avião, barco, carro ou mesmo a pé), os fundamentalistas migram e se infiltram nas sociedades no intuito de perpetrar atos terroristas (KAYA, 2009). A criação de grupos fundamentalistas na África após a década de 1980 contribuiu, momentaneamente, para consolidar uma rede transnacional de terrorismo internacional que a Al-Qaeda queria construir desde suas origens. Inspirados, de fato, por mudanças ocorridas no Irã e no Oriente Médio, os líderes fundamentalistas africanos estabeleceram laços estreitos com as lideranças da Al-Qaeda. A partir deste momento, essa organização conseguiu elaborar um dispositivo logístico para construir um califado mundial e mobilizar uma verdadeira cadeia de combatentes espalhados em diversas regiões do Mundo, entre as quais a África setentrional e o Sahel. O sonho de serem verdadeiros revolucionários sob a bandeira da Al-Qaeda é então ilustrada pelo uso de vídeos de propaganda para divulgar suas ações na mídia mundial e se instalar na memória das sociedades (SEIB e JANBEK, 2011). Bin Laden recorreu extensivamente a esta estratégia para valorizar seu carisma. Boko Haram se inspira nele e a usa, ao exemplo de todos os outros grupos terroristas.

Aderindo a abordagem globalizante preconizada por Al-Qaeda, os fundamentalistas africanos optaram por regionalizar suas redes de ação. É o caso de AQMI (Al-Qaeda no Magreb Islâmico) no Norte de África, MUJAO na região do Sahel e Al Shebab na África Oriental (Dupuis, 2014; Daniel, 2012). Podemos incluir Boko Haram, que pretende ir além das fronteiras da Nigéria para construir um califado dentro dos limites dos impérios pré-coloniais de Kanem, Bornu e Sokoto. Para isso, a seita precisa reunir os Estados de Borno, Adamawa e Yobe na Nigéria, e estender-se gradualmente direção ao norte de Camarões, ao Chade e ao Níger. O movimento conseguiu projetar-se para Mali, Líbia, Sudão e Norte da República Centro-Africana



até seu enfraquecimento a partir de 2016 (KOUIGNOU, 2016; RASAQ, 2016, p. 5; INTERNATIONAL CRISIS GROUP – ICG, 2016, pp. 8-10; GIBBAUD, 2014; ZENN, 2014, pp. 9-10; MENNER, 2014, pp. 11; SEIGNOBOS, 2014, pp. 149-169; NGOUPANDÉ, 2003). Entre Boko Haram, MUJAO, Al Shebab e AQMI, foi estabelecida uma rede transnacional de apoio mútuo e de solidariedade no que diz respeito ao recrutamento de membros, seu treinamento e ao fornecimento de material bélico.

Os grupos fundamentalistas mantêm também vínculos de solidariedade transnacional com aqueles baseados em outros continentes. De fato, a rede criada pela Al-Qaeda é baseada na comunhão e na interação entre os diversos movimentos. Por isso, grupos terroristas islâmicos operando na África mantêm relações com células da Ásia Central e do Sudeste. Muitos entre esses grupos foram criados na década de 1990, período marcado por uma radicalização dos movimentos islâmicos que passaram gradualmente da revolução religiosa para a "guerra" contra a "conspiração" ocidental (ROY, 1999, p. 11-12; LAMCHICHI, 1997, p. 12-14). Al-Shabaab na Somália tem ligações estreitas com a Al-Qaeda no Iêmen. Na Ásia Central e no Sudeste Asiático Lashkar-e-Toiba (1990), é ativo na Caxemira e no Paquistão; Jemaah Islamiyah (1993), opera na Tailândia, Malásia, Indonésia, Cingapura, Brunei e Filipinas; Tehrik-e Taliban Paquistão (1994) é instalado no Paquistão e no Afeganistão; o Movimento Islâmico do Uzbequistão (1997) é presente na Ásia central; Abu Sayyaf (1998) na Malásia; o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (1999 / 2000) na região chinesa de Xinjiang; o Emirado do Cáucaso (2004) mantém atividades na região do Cáucaso; Laskar Jihad é ativo na Indonésia etc. Todos esses grupos são ligados à Al-Qaeda. Por sua parte, Daesh (Estado Islâmico) e al-Nosra foram criados respectivamente em 2006 no Iraque (com conexões na Síria) e 2012 na Síria (DUPUIS, 2014; SEIB e JANBEK 2011: 41-42; Roy, 1996).

Ao cooperar, os grupos terroristas transnacionais se fortalecem, de modo que notamos uma simetria entre essa dinâmica e a onda de choque causada por suas exações que vão desde a destruição material ao assassinato em massa de seres humanos. Na medida em que as estatísticas são precárias, seria imprudente apresentar um balanço preciso dos ataques terroristas fundamentalistas desde os anos 2000. De fato, milhares de pessoas perderam suas vidas e muitas infraestruturas também foram destruídas tanto na África quanto na Europa, Ásia, Américas e



Oceania. Esse fenômeno agrava também os conflitos confessionais que opõem, por exemplo, cristãos e muçulmanos no Sudão, Nigéria, Chade, República Centro Africana, Egito etc.

Uma análise qualitativa permitiria avaliar as consequências da multiplicação de grupos terroristas que fazem da insegurança uma preocupação permanente no Norte de África e na região Saara-Saheliana cometendo ataques a bomba, fazem reféns, usam armas de fogo, traficam seres humanos etc. Desde 11 de setembro de 2001, os alvos clássicos (estratégicos ou militares) têm sido cada vez mais evitados, enquanto os “alvos leves” (*soft targets* ou seja, alvos indefesos – civis, igrejas, escolas, hospitais, entre outros–) são escolhidos para causar o máximo de dano possível. Tal rede de insegurança fez com que muitas regiões fossem classificadas como “áreas proibidas” pelos países ocidentais para seus cidadãos (SAÏBOU, 2014, p. 10). Isoladas do mundo exterior, essas regiões afundaram em depressão econômica. Os grupos fundamentalistas aparecem, na atualidade, principalmente motivados pela prática de uma violência letal (HOFFMAN, 1999, p. 106). Uma situação que estimula os Estados a promulgar políticas de segurança transnacionais.

b) Coprodução transnacional de segurança na África Saara-Saheliana e Magrebe: um viático, uma tendência

O aumento exponencial dos ataques terroristas provocou mudanças nas políticas de segurança dos Estados desde os atentados de 11 de setembro de 2001. Anteriormente, os países ocidentais (especialmente os Europeus) privilegiavam redes de mediação com os países árabes ribeirinhos do Mar Mediterrâneo com base em cooperações econômicas e comerciais. O Plano de Barcelona (1995) visava, por exemplo, fortalecer a democracia e o diálogo cultural nos países árabes (MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, p. 102). Esse plano serve obviamente os interesses e objetivos estratégicos dos países europeus. É, em particular, o caso da França, que busca historicamente uma base mediterrânea para catalisar sua projeção geopolítica na Europa e contrabalançar a influência dos países anglo-saxões (Inglaterra e Alemanha). Aproximadamente ao mesmo tempo, os Estados Unidos manifestam maior disposição a construir uma relação de solidariedade com os países muçulmanos, afirmando que pretendem construir uma “ponte” entre todos os sistemas espirituais (ZEGHAL, p. 2002, p. 56). Trata-se, na realidade, de favorecer o



que Jurgen Habermas (2002, p. 136-138) considera ser a necessária, ainda que prudente, abertura do cristianismo às religiões não-cristãs.

Mas a partir de 2001, os EUA foram obrigados a declarar a "guerra ao terrorismo" e ao "eixo do mal", ou seja, aos países considerados terroristas ou apoiantes do terrorismo, nomeadamente o Irão, o Iraque e a Coreia do Norte (RAL, 2009; KEPEL, 2008, p. 13-16; IGNACIO, 2002, p. 80; MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, p. 95). O país aumentou significativamente seu orçamento destinado a defesa que alcançou US\$ 561,8 bilhões em 2006, ou 2,5 vezes a do Canadá (DAVID, 2006, p. 69). Essas iniciativas levaram à invasão do Iraque em 2003 (MOWLE, 2007).

Os Estados Unidos lançaram em 2002 a Iniciativa de Contraterrorismo Trans-Sahariana (TSCT), instrumento que, após o 11 de setembro, deveria ajudar a conter a expansão da Al-Qaeda. A África é, segundo eles, chamada a desempenhar um papel importante na luta contra o terrorismo. A TSCT mobilizou, por exemplo, 1.400 soldados para apoiar a Força-Tarefa Conjunta Combinada operando no Chifre da África. Na “zona Saara-Sahel”, Mauritânia, Mali, Níger, Nigéria, Senegal e Chade são inseridos na iniciativa TSCT em 2004, permitindo aos Estados Unidos de intensificar suas operações militares e desenvolver novas alianças estratégicas.

A criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), em 2007, participa da mesma lógica. Cabe aos Estados Unidos estabelecer uma plataforma para conter a violência terrorista no continente. Esse ativismo militar é apresentado como uma questão de segurança nacional por um país que quer evitar ataques semelhantes aos do 11 de setembro no seu solo. Por seu lado, os Estados africanos envolvidos na luta contra o terrorismo pretendem também combinar seus esforços para garantir a integridade de seus territórios e promulgar novas políticas de segurança. Os acordos em nível transnacional começaram a se multiplicar no início dos anos 2000. No Norte da África, o presidente argelino Abdel Aziz Bouteflika iniciou a cooperação militar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Marrocos, por seu lado, reforça a sua cooperação militar com os Estados Unidos dos quais obtém apoios financeiros de cerca de 20 milhões de dólares em 2004 e 57 milhões de dólares em 2005 para combater o terrorismo. Em 2004, Washington também concedeu ao Marrocos o status de aliado preferencial da OTAN. Isso permite que o reino cherifiana participe de programas de pesquisa e



desenvolvimento de defesa da organização (MONTBRIAL, DEFARGES, 2006, p. 117-120). Desde então, os estados norte-africanos empreenderam muitas outras iniciativas para combater a AQMI.

Na África Ocidental, além da plataforma de cooperação criada pelos Estados Unidos, os Estados da sub-região atacam Ansar Dine, MUJAO-AI Mourabitoune e AQMI. A Mauritânia sediou uma conferência internacional sobre a luta contra o terrorismo nos dias 20 e 21 de setembro de 2004. Participaram especialistas da Interpol e de 19 países, incluindo Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Senegal e Togo. Durante esta reunião foram realizadas operações transfronteiriças conjuntas para combater o terrorismo. Um ano depois, entre os dias 14 e 15 de fevereiro de 2005, Burkina Faso organizou um *workshop* sobre técnicas de inteligência voltadas para a luta contra o terrorismo. Argélia, Benin, Gana, Guiné, Mali, Marrocos, Níger, Senegal, Chade, além de Estados Unidos e França participaram do evento. Alguns anos depois, a Costa do Marfim, aproveitou a 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York –21/27 de setembro de 2011–, para manifestar seu desejo de se envolver plenamente na cooperação securitária regional e na luta contra o terrorismo. Em 2012, o governo do Níger estabeleceu o controle das áreas fronteiriças e destinou um orçamento de 44 bilhões de FCFA à defesa, o que possibilitou, entre outros, a aquisição de dois aviões DA42 para fortalecer a vigilância das fronteiras. O Mali buscou, paralelamente, otimizar sua política de luta contra MUJAO-AI Mourabitoune, estreitando sua cooperação militar com a França que estabeleceu um quadro para as operações de combate ao terrorismo Serval (janeiro de 2013 - julho de 2014) e Barkhane (desde 1 de agosto de 2014).

Mas, para serem mais eficazes e oferecer respostas endógenas, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Mali, Níger e Chade lançaram também uma plataforma de cooperação com vista a desmantelar uma rede transnacional de violência e terrorismo. O “G5 Sahel” foi assim criado em fevereiro de 2014 para lutar contra MUJAO-AI Mourabitoune, AQIM, Boko Haram e Ansar Dine (LEYMARIE, 2018).

Na Bacia do Lago Chade, a mobilização transnacional ou interestatal foi um pouco mais lenta e tardia. Além das ações realizadas pelos Estados Unidos na região, observamos que os países lutavam contra o islamismo armado sem coordenação. Mas essa abordagem evidenciou rapidamente seus limites, conforme pode ser observado na Nigéria, onde a polícia e o exército



tentaram aniquilar as fortalezas do Boko Haram em Bauchi, Borno, Kano e Yobe em julho de 2009 (SMITH, 2015, pp. XIV e 11-12; FIDH, 2015, p. 4). Na época, nem mesmo o estabelecimento de uma base de retaguarda do grupo armado nas montanhas Mandara em Camarões em 2009 conseguiu estimular a cooperação entre autoridades nigerianas e camaronesas (ICG, 2016, p. 8-10). Foram necessários dois anos para que seja organizada uma reunião em Yaoundé entre os presidentes camaroneses e chadianos em dezembro de 2011, pontapé de uma cooperação que se traduziu pela criação de uma Comissão de Segurança binacional voltada para as questões de segurança transfronteiriça. Foram, finalmente, os ataques do Boko Haram no Norte de Camarões em março de 2014 que estimularam a intensificação da cooperação entre Camarões, Nigéria, Níger e Chade. Entre 2015 e 2016, esse conjunto de esforços deu origem à Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), incluindo o Benin. Foi desta maneira que a insegurança criada pelo Boko Haram na bacia do Lago Chade foi contida (ICG, 2016, p. 22-36; ANGERBRANDT, 2017, p. 5-6).

As respostas militares ao terrorismo em ambos os lados da zona que se estende desde a faixa Saharo-Saheliana até ao Magrebe sugeriram a criação de uma Força Africana de Alerta (FAA), sob a tutela da União Africana (UA). Num momento marcado por um protagonismo crescente dos grupos terroristas fundamentalistas, a instalação desta força de segurança panafricana era suscetível de trazer mais esperança às populações. No entanto, as convulsões que têm pontuado a agenda de operacionalização do dispositivo tático, desde sua concepção até seu plano de implementação em março de 2005, diminuíram as expectativas em relação ao projeto (CLAMENT, 2016; CONING de *et al.*, 2015). No entanto, à medida que os cenários de conflagração mudam, chegou a hora deste projeto se tornar operacional, operando ao serviço dos povos como o braço militar da União Africana.

CONCLUSÃO

As relações internacionais não estão mais imunes à influência do fundamentalismo religioso. O terrorismo islâmico é um dos desafios que a humanidade ainda enfrenta no início do século XXI. Notícias recentes mostram que a África ainda não conseguiu resolver esse problema. O Estado Islâmico na África Central (ISCAP), que está implantado na região dos Grandes Lagos



e já é muito ativo na República Democrática do Congo (RDC) e em Moçambique, é um novo agente de violência. Considerando que a África subsaariana sofre há décadas das consequências de guerras e rebeliões, a possibilidade do continente ser transformado no Eldorado dos fundamentalistas neste início do século XXI é um risco real.

Quanto tempo essa situação vai se perpetuar? De que maneira os Estados conseguirão mitigar os efeitos deste fenômeno? Não é fácil dar respostas à essas perguntas. Por isso, nossa reflexão pretende fornecendo dados úteis para a análise do contexto em que o fundamentalismo prosperou e se consolidou no Norte de África e na África Saharo-Saheliana. A partir de uma perspectiva transnacional, acreditamos que o terrorismo islâmico na África foi desencadeado pelas ligações transnacionais existentes entre a revolução islâmica no Oriente Médio e dinâmicas próprias ao continente. Seu enraizamento na região foi facilitado pelos malefícios a ordem económica, social e política no continente vigente. Redes transnacionais de recrutamento, fornecimento de material bélico e de mobilização violenta, que escapam muitas vezes ao controle dos Estados, viabilizaram o processo.

Diante desta situação, os Estados contam com armas e máquinas de guerra para combater as redes terroristas fundamentalistas. No entanto, entre 2004 e 2010, observamos uma dinâmica favorável as políticas transnacionais que, apesar de suas deficiências e das dificuldades que enfrentam, merecem ser mantidas, fortalecidas e consolidadas, a condição de serem reformuladas e melhoradas.

É imperativo construir um modelo preventivo de segurança humana na África, baseado em sistemas políticos, sociais, ambientais, econômicos, militares e culturais promovendo um clima de estabilidade, segurança e paz compartilhada. Permitiria, assim, de garantir aos indivíduos os meios essenciais para sua sobrevivência e para preservar sua dignidade (Fundo das Nações Unidas para a Segurança Humana – FNUSH, 2009, p. 6).

Nosso estudo permitiu verificar que não estamos diante de um simples fenômeno de mobilidade de fanáticos lobotomizados. Com efeito, as migrações não se limitam à circulação de mercadorias e seres humanos. Os militantes circulam motivados por ideais e ideologias consubstanciais aos contextos socioeconômicos e políticos em que vivem. Esse fenômeno desafia os governos que precisam inscrever as políticas de segurança pública nas trajetórias complexas da mobilidade. As políticas devem ser constantemente renovadas no intuito de



atender às demandas das populações, em situações caracterizadas pela prioridade acordada ao status quo político pelas autoridades.

REFERÊNCIAS

AMIN, S. **L'accumulation à l'échelle mondiale**. tome 2, Paris/Dakar: Anthropos, 1970.

AMIN, S. **L'empire du chaos: la nouvelle mondialisation capitaliste**. Paris: L'Harmattan, 1991.

ANGERBRANDT, H. **Nigeria and the Lake Chad Region Beyond Boko Haram**. Policy Note, 3, Uppsala, Nordic Africa Institute, 2017.

AOUN, S. La nationalité québécoise et l'Islam. In: RICHARD, Louis-André (dir.). **La nation sans la religion ? Le défi des ancrages au Québec**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, p. 97-98, 2009.

ARKOUN, M. **La pensée arabe**. 5^{ème} édition. Paris: PUF, 1996.

BATISTELLA, D. **Paix et guerres au XXI^{ème} siècle**. Cedex: Sciences Humaines Éditions, 2011.

BAZINGUISSA-GANGA, R; MAKKI, S (dir.). **Sociétés en guerres. Ethnographies des mobilisations violentes**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2012.

BECK, C. The Contribution of Social Movement Theory to Understanding Terrorism. **Sociology Compass**, 2(5), p. 1565-1581, 2008

BERGEN, P. **Ben Laden, l'insaisissable**. Paris : Michel Laffont, 2006.

BICKFORD, L; AMY, S. Remembering Yesterday to Protect Tomorrow: The Internationalization of a New Commemorative Paradigm. In: YIFAT, Gutman. **Memory and the Future: Transnational Politics, Ethics and Society**. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, p. 66-86, 2010.

BIHR, A. **La logique méconnue du « capital »**. Lausanne : Les Éditions Page Deux, 2010.

BONIFACE, P. **La géopolitique**, 4^{ème} édition. Paris : Eyrolles, 2017.

BURGAT, F. **L'islamisme au Maghreb: la voix du Sud**. Paris : Karthala, 1988.

BURGAT, F. **L'Islamisme en face**. Paris : La Découverte, 2007.



CHALIAND, G; BLIN, A. **The History of Terrorism: From Antiquity to Al Qaeda.** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2007.

CILLIERS, J. L'Afrique et le terrorisme. **Afrique contemporaine**, 209, p. 81-100, 2004.

CLAMENT, J-M. Les régionalisations des réponses aux crises africaines. **Revue Défense Nationale**, 792, p. 23-28, 2016.

DANIEL, S. **AQMI: l'industrie de l'enlèvement.** Paris: Fayard, 2012.

DAVID, C-P. **Le 11 Septembre 2001, cinq ans plus tard.** Québec: Éditions du Septentrion, 2006.

DE CONING, C. **Options stratégiques pour l'avenir des opérations de paix africaines 2015–2025**, Rapport de Séminaire, Oslo: Institut Norvégien des Affaires Internationales, 2015.

DE MONTBRIAL, T; DEFARGES, P. M (dir.). **Rapport annuel mondial sur le système économique et les stratégies (RAMSES) 2006: 60 ans après la guerre, un monde en recomposition.** Paris : IFRI, 2006.

DINGWERTH, Klaus. **The New Transnationalism: Transnational Governance and Democratic Legitimacy.** New York/London: Palgrave Macmillan, 2007.

DUPUIS, L. Les 18 principaux groupes islamistes armés dans le monde. **La Croix** [en ligne], 2014. URL : < <https://www.la-croix.com/Actualite/Monde/Les-18-principaux-groupes-islamistes-armes-dans-le-monde-2014-09-23-1210674> >, consulté le 10 juin 2019.

ELA, J-M. **Quand l'État pénètre en brousse...** Les ripostes paysannes à la crise. Paris: Karthala, 1990.

ELLIS, S. **L'Afrique maintenant.** Paris: Karthala, 1995.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES LIGUES DES DROITS DE L'HOMME (FIDH). **Nigeria: les crimes de masse de Boko Haram.** Paris: FIDH, 2015.

FONDS DES NATIONS UNIES POUR LA SÉCURITÉ HUMAINE (FNUSH). **La sécurité humaine en théorie et en pratique.** New York: Nations Unies, 2009.

GALTUNG, J. **Pax Pacifica: Terrorism, the Pacific Hemisphere, Globalization and Peace Studies.** London/Boulder: Pluto Press/Paradigm Publishers, 2005.

GAUCHET, M. **La religion dans la démocratie, parcours de la laïcité.** Paris: Gallimard, 1998.

GIBBAUD, P. **Boko Haram: Histoire d'un islamisme sahélien.** Paris: L'Harmattan, 2014.



- GIRI, J. **L'Afrique en panne: vingt-cinq ans de « développement »**. Paris: Karthala, 1986.
- HABERMAS, J. **Religion and Rationality: Essays on God, Reason and Modernity**. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell Publishers Ltd, 2002.
- HAGHIGHAT, C. **1979: Iran, la révolution islamique**. Bruxelles: Éditions Complexe, 1985.
- HALPERN, C; RUANO-BORBALAN, J-C. **Identité(s) : l'individu, le groupe, la société**. Cedex: Sciences Humaines Éditions, 2004.
- HARTMANN, E. Violence: Constructing an Emerging Field of Sociology. **International Journal of Conflict and Violence**, 11, p. 1-9, 2017.
- HENNEBEL, L; VANDERMEERSCH, D. **Juger le terrorisme dans l'État de droit**. Bruxelles: Bruylant, 2009.
- HOFFMANN, B. **La mécanique terroriste**. Paris : Calman-Lévy, 1999.
- HOUNGNIKPO, M. **L'illusion démocratique en Afrique**. Paris: L'Harmattan, 2004.
- HUGON, P. **L'économie de l'Afrique, 4^{ème} édition**. Paris: La Découverte, 2003.
- HUNT, L. **History: Why It Matters**. Oxford: Polity Press, 2018.
- HUNTINGTON, S. P. **Le choc des civilisations**. Paris: Odile Jacob, 2000.
- IGNACIO, R. **Guerres du XXI^e siècle**. Paris: Galilée, 2002.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Cameroon: Confronting Boko Haram. **Africa Report**, 241, Brussels, ICG, 2016.
- KAYA, A. **Islam, Migration and Integration: the Age of Securitization**. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- KEPEL, G. **Beyond Terror and Martyrdom. The Future of the Middle East**. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press, 2008.
- KI-ZERBO, J. **Histoire de l'Afrique noire, d'hier à demain**. Paris: Hâtier, 1978.
- KOUGNOU, L. **Boko Haram: parti pour durer**. Paris: L'Harmattan, 2016.
- LAGRANGE, H. Sécularisation et désécularisation. **Esprit**, 372(2), p. 88-90, 2011.
- LAMCHICHI, A. Islamisme et violence politique. **Confluences Méditerranée**, n.20, p. 9-21, 1997.



LATOUCHE, S. **Entre mondialisation et décroissance: l'autre Afrique**. Lyon: Éditions À plus d'un titre, 2007.

LEGRAIN, J-F. Mobilisation islamiste et soulèvement palestinien, 1987-1988. In : KEPEL, G; YANN, R. **Intellectuels et militants de l'Islam contemporain**. Paris : Seuil, p. 131-166, 1990.

LEYMARIE, P. G5 Sahel : une coopération régionale pour s'émanciper de la France. **Le Monde Diplomatique** [en ligne], 2018. URL : <https://www.monde-diplomatique.fr/2018/07/LEYMARIE/58794> , consulté le 10 juin 2019.

MATHIEU, L. **Comment lutter? Sociologie et mouvements sociaux**. Paris: Les Éditions Textuel, 2004.

MBEMBE, A. **De la postcolonie. Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine**. Paris: Karthala, 2000.

MENNER, S. Boko Haram's Regional Cross-Border Activities. **Combating Terrorism Center Sentinel**, 7(10), p. 10-14, 2014.

MOWLE, T. **Hope is not a plan: the war in Iraq from inside the Green Zone**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2007.

MOYO, D. **L'aide fatale: les ravages d'une aide inutile et de nouvelles solutions pour l'Afrique**. Paris: JC Lattès, 2009.

NEMO, P. **Qu'est-ce que l'Occident ?** Paris : PUF, 2005.

NGOUPANDÉ, J-P. **L'Afrique face à l'Islam**. Paris: Albin Michel, 2003.

NINO, G. **Les espaces de la diversité culturelle. Du multilatéralisme au multiculturalisme régional**. Paris: Karthala, 2010.

NTUDA ÉBODÉ, J. V. **Terrorisme et piraterie : de nouveaux enjeux sécuritaires en Afrique centrale**. Yaoundé: Presse Universitaires d'Afrique, 2010.

NYIRURUGO, M. V. La Cour Pénale Internationale et le terrorisme international: le problème de compétence *ratione materiae*. **Congo Forum** [en ligne], 2007. URL : <http://www.congoforum.be/upldocs/La%20Cour%20P%C3%A9nale%20Internationale%20et%20le%20terroris.pdf>, consulté le 10 juin 2019.

OJOCHENEMI, J. D. **Boko Haram: the Socio-Economic Drivers**. New York: Springer, 2015.

OULD HAMED, M. Menace terroriste en Mauritanie : un cas d'école. **L'Année du Maghreb**, II, p. 337-343, 2006.



OWONO, J. F. **Terrorisme ou paraterrorisme en Afrique centrale : le cas de Boko Haram au Cameroun.** Saint-Denis: Connaissances et Savoirs, 2017.

PARENTEAU, D; PARENTEAU, I. **Les idéologies politiques: le clivage gauche-droite.** Québec: Presses de l'université du Québec, 2008.

RAL, N. **La stratégie sécuritaire des États-Unis dans la corne de l'Afrique depuis le 11 septembre 2001.** Montréal: Centre d'études des politiques étrangères et de sécurité, 2009.

RASDAQ, M. **Impact of Boko Haram Insurgency on Nigeria's Relations with its Neighbours.** GRIN Verlag, 2016.

RONDOT, P. **La Jordanie.** Paris: PUF, 1980.

ROY, O. Groupes de solidarité au Moyen-Orient et en Asie centrale: États, territoires et réseaux. **Les Cahiers du CERI**, 16, p. 3-47, 1996.

ROY, O. Le post-islamisme. **Revue des Mondes Musulmans et de la Méditerranée**, 85-86, p. 11-30, 1999.

SAÏBOU, I. En guise d'introduction: des effluves au théâtre d'opérations, une région en récession. **Kaliao, Revue Pluridisciplinaire de l'École Normale Supérieure de Maroua**, Vol. Spécial, p. 8-11, 2014.

SAMBO, A. La cohérence des coalitions interrégionales pour lutter contre le terrorisme en Afrique subsaharienne : cas de la Force multinationale mixte de la CBLT contre la secte Boko Haram. **Afrique et Développement**, XLII(3), p. 137-155, 2017.

SEIB, P; JANBEK, D. **Global Terrorism and New Media: the post Al-Qaeda generation.** New York: Routledge, 2011.

SEIGNOBOS, C. Boko Haram: innovations guerrières depuis les monts Mandara. Cosaquerie motorisée et islamisation forcée. **Afrique Contemporaine**, 252, p. 149-169, 2014.

SMITH, M. **Boko Haram: Inside Nigeria's Unholy War.** London/New York: I.B. Tauris, 2015.

SMOUTS, M-C. **Dictionnaire des relations internationales.** Paris: Dalloz, 2006.

THURSTON, A. **Boko Haram: The History of an African Jihadist Movement.** Princeton: Princeton University Press, 2017.

VÉRON, J-B. La Somalie : un cas désespéré ? **Afrique Contemporaine**, 232, p. 97-113, 2009.



VERTOVEC, S. **Transnationalism**. London/New York: Routledge. 2009

WALLERSTEIN, I. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham/London: Duke University Press, 2004.

ZEGHAL, M. Les États-Unis et l'islam politique. **Archives de Sciences Sociales des Religions**, 120, p. 50-60, 2002.

ZENN, J. Boko Haram: recruitment, financing and arms trafficking in the Lake Chad region. **Combating Terrorism Center Sentinel**, 7(10), p. 5-10, 2014.